

ENTRE TRADIÇÃO, INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO: SOBRE CURSOS DE HISTÓRIA BRASILEIROS

*Bruno Flávio Lontra Fagundes*¹

Apresentação

Esse texto foi escrito a partir de pesquisa feita em textos de apresentação de cursos de História como publicados na Internet e por consultas diretas a alguns de seus coordenadores.

A pesquisa foi feita entre os dias 20 de abril e 20 de maio de 2012, visando apresentação no Encontro Regional da ANPUH-MG em Simpósio Temático *Profissionalização, formação e atuação na área de História* sobre atuação e formação do historiador, em julho seguinte.

Pesquisamos em sites de cursos de História das instituições universitárias brasileiras – públicas ou privadas – de Norte a Sul do Brasil, seguindo lista de instituições brasileiras de Ensino Superior. A fim de verificar ambiguidades e contradições, ou mesmo complementar e/ ou suplementar informações, consultamos o e-MEC, do Ministério da Educação, base de dados que informa sobre o estado da arte de cursos de Graduação brasileiros². Consultamos, também, o Relatório CAPES Trienal 2010³ a fim de cruzar dados de programas de pós-graduação com os de desempenho de cursos de graduação, principalmente verificar se a qualificação da pós-graduação vinha acompanhada de semelhante qualificação da graduação⁴.

A pesquisa não teve a chancela de projeto acadêmico aprovado e fomentado, mas foi de iniciativa pessoal. Esse artigo, então, é inspirado e fará menções eventuais a fatos e possibilidades consubstanciados no empenho de colegas envolvidos no processo de regulamentação da profissão de historiador e na voga de proposição de mestrados profissionais na área. No texto do Projeto de Lei n. 368/2009, projeto originário do qual derivou o projeto n. 4699/ 2012, que tramita no Congresso Nacional sobre a regulamentação da profissão de historiador, a medida da profissionalização está justificada como a seguir:

[...] O campo de atuação do historiador não tem se restringido mais à sala de aula, tradicional reduto desse profissional. Sua presença é cada vez mais requisitada não só por entidades de apoio à cultura, para desenvolver atividades e cooperar, juntamente com profissionais

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, pós-doutorando na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto do Curso de Graduação de História e integrante do Mestrado Interdisciplinar em Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. E-Mails: <parabrunos@gmail.com> e <bfff@uai.com.br>.

² Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

³ Disponível em: <http://trienal.capes.gov.br/?page_id=100>. Acesso em: 03 mai. 2012.

⁴ Não desdenhamos os limites de consultas a sites, nem sempre prontamente atualizados. Mesmo se eventualmente desatualizados, no entanto eles dizem, de modo geral e oficialmente, o que são os cursos.

de outras áreas, no resgate e na preservação do nosso patrimônio histórico, mas também por estabelecimentos industriais, comerciais, de serviço e de produção artística [...]. No âmbito industrial, o historiador vem trabalhando na área de consultoria sobre produtos que foram lançados no passado, para análise de sua trajetória e avaliação sobre a viabilidade de seu relançamento no mercado consumidor, ou ainda, para o estudo das causas de seu sucesso ou fracasso. [...] Pelas suas qualificações, o historiador é imprescindível para os estabelecimentos do setor de turismo, que contratam seus serviços para desenvolver roteiros turísticos para visitação de locais com apelo histórico e cultural. [...] Entidades públicas e privadas recorrem ao historiador para recolherem e organizarem informações para publicação, produção de vídeo e de CD-ROM, programas em emissoras de televisão, exposições, eventos sobre temas de história. [...] Não menos valiosa é a sua colaboração nas artes, onde o historiador faz pesquisa de época para os produtores de teatro, cinema e televisão, quer auxiliando na elaboração de roteiros, quer dando consultoria sobre os cenários e outros elementos da produção artística.⁵

O texto originário acima é tomado aqui como manifestação de uma realidade de possibilidades de atuação e, por isso mesmo, do anseio de colegas em poderem atuar em espaços que têm estado potencialmente disponíveis para formados em História, embora tal anseio, acreditamos, não se traduza numa percepção da necessidade de algo a se modificar dentro dos cursos em que nos formamos.

Pesquisadores-historiadores da área de Educação já mencionam e/ ou discutem os espaços de atuação como espaços de formação, discutindo-os como ambientes formadores de memórias coletivas que condicionam alunos e professores para a prática da relação ensino-aprendizagem⁶. A par de considerações pedagógicas, autores sugerem que, em tais situações, algumas vezes docentes lançam mão de alguma prática autodidata – sem formação em cursos para tal – a fim de encaminhar ações didático-pedagógicas, como construir blogs, realizar filmagens e entrevistas, organizar rádios comunitárias, fazer fotografia, construir museus – tornando-as atividades integrantes de encaminhamentos didáticos que acionem o processo de

⁵ Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/64881.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2011.

⁶ A lista é extensa, da qual referimo-nos a alguns títulos: FONSECA, Selva G. & SILVA, Marcos (orgs.). *Espaços de formação do professor de História*. Campinas: Papyrus, 2008; CAIMI, Flávia Eloisa. “Cultura, memória e identidade: o ensino de História e a construção de discursos identitários”. In: SILVA, Cristiani Bereta da & ZAMBONI, Ernesta (orgs.). *Ensino de História, memória e culturas*. Curitiba: CRV, 2013, p. 17-34; PEREIRA, Junia Sales et al. *Escola e museu: diálogos e práticas*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Museus; PUC-MG, 2007. MESQUITA, Ilka M. & FONSECA, Selva G. “Formação de professores de História: experiência, olhares e possibilidades”. *História - Unisinos*, vol.10, n. 3, set./dez., 2006, p. 333-343.

produção do conhecimento histórico como vivido na escola ou ligado a ela⁷.

Como é natural, os colegas da área de Educação não estão teoricamente discutindo frentes de atuação para historiadores, como arquivos, produção de memórias institucionais, turismo, mídias etc. – pontos vislumbrados pelo projeto de lei da regulamentação da profissão – embora relatem, apontando, que mesmo a prática docente pode ser, senão modificada, incrementada por novas habilidades conquistadas ou por conquistar. Historiadores estão “discutindo” a profissão, o formato e as finalidades dos cursos mais pelos corredores dos departamentos e no boca-a-boca do que publicando em periódicos regulares da área⁸.

Para cursos de História, os efeitos de uma época unanimemente reconhecida como de compressão e aceleração temporal e mercado de trabalho restrito, a alternativa de atuação profissional para o que seriam os “historiadores do século XXI”⁹ naturalmente passa a vislumbrar algumas possibilidades que são firmadas pouco na tradição – como museus e arquivos – e outras que não são nada firmadas na tradição – como turismo, assessoria e consultoria a mídias, memórias institucionais, centros de cultura – essas objetos de apreciação crítica de autores que ponderam coisas como a diferença entre “dever de memória” e “usos do passado”, alertando para cuidados com o processo de atribuição de valor de verdade ao que historiadores falam e/ ou escrevem¹⁰. Tais ponderações vêm sendo feitas por autores dentro de cursos de História e questionam dois níveis de consideração.

Um, o ensino escolar de História como incapaz de reinventar encaminhamentos didático-pedagógicos que incorporem avanços historiográficos há muito já elaborados pela academia, sem favorecer aos alunos a consciência histórica de

⁷ Alguns títulos exemplificativos: OLIVEIRA, Laura Nogueira. “Uma experiência de utilização da revista virtual de História da Biblioteca Nacional no estudo de tópicos de História do Brasil Colonial”. *Revista História & Ensino*, Londrina, vol. 18, n. 2, jul./dez. 2012, p. 293-304; CERRI, Luís Fernando (org.) *Ensino de História e Educação: olhares em convergência*. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007. Ver, em especial: MOLINA, Heloisa H. “Projeto ‘Contações de histórias’ do norte do Paraná: uma experiência de pesquisa com professores da rede de ensino público”. In: CERRI, *Ensino de História e Educação...*, p. 79-92; SILVA, Marcos & FONSECA, Selva Guimarães. “A sala de aula e o espaço virtual”. In: _____ & _____. *Ensinar História no século XXI: em busca do tempo entendido*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2011. p. 109-124.

⁸ Essa era a realidade em 2012. Até 2015, a discussão cresceu muito, tendo sido já, inclusive, tema central de encontros de área de historiadores. Em 2012, os textos eram mais avulsos. SCHIMIDT, Benito B. “Os historiadores e os acervos documentais e museológicos: novos espaços de atuação profissional”. *Anos 90*. Porto Alegre, vol. 15, n. 28, dez. 2008, p. 187-196; POSSAMAI, Zita Rosane. “O ofício da História e novos espaços de atuação profissional”. *Anos 90*. Porto Alegre, vol. 15, n. 28, dez. 2008, p. 201-218. REBELATTO, Martha & PAIVA, Adriano Toledo. “Entrevista – A divulgação de conhecimento histórico: uma conversa com a professora Raquel Glezer”. *Temporalidades – Revista de História*. Belo Horizonte, UFMG, vol. 1, n. 2, ago./dez. 2009, p. 237-245.

⁹ Textos despretensiosos fazem proposições que causam debate, publicados na web: MALERBA, Jurandir. “Ser historiador no Brasil no século XXI”. *Café História*, blog temático, 2012. Disponível em: <<http://cafehistoria.ning.com/>>. Acesso em: 03 jul. 2012; GRINBERG, Keila. “Historiadores para quê?”. *Ciência Hoje*, sítio institucional, 2011. Disponível em: <<http://cienciahoje.uol.com.br/>>. Acesso em: 14 mar. 2012; “Entrevista com Luciano Raposo de Almeida Figueiredo”. *Mosaico*. Rio de Janeiro, FGV, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/mosaico/>>. Acesso em: 31 out. 2011.

¹⁰ A expressão “historiadores do século XXI” parece-nos genérica, mas foi retirada de: MALERBA, “Ser historiador no Brasil...”.

seres temporais¹¹. Aqui, o penetrante quadro teórico oferecido por Jörn Rüsen ao estudar a Alemanha é-nos fundamental. Também importantes são as reflexões de seus discípulos intelectuais, seja nas áreas de Educação ou de Ensino de História. Para Rüsen, a consciência histórica – “conjunto coerente de operações mentais que definem a peculiaridade do pensamento histórico e a função que ele exerce na cultura humana” – favorece a “orientação da vida através da estrutura do tempo”.

Para o autor, uma “educação histórica” é um “processo intencional e organizado de formação de identidade que rememora o passado para poder entender o presente e antecipar o futuro”, com a qual defende que uma “Didática da História não pode ser posta de lado como sendo alheia ao que diz respeito aos historiadores profissionais”. Ao considerar a “cientificação” – podemos ler “profissionalização”? – da História no século XIX, o autor assevera que a “reflexão histórica racional” ficou excluída daquelas “dimensões do pensamento histórico inseparavelmente combinadas com a vida prática”. Ao mesmo tempo em que Rüsen – talvez mais os historiadores que os seguem do que ele, propriamente – sugira-nos que haja em sua abordagem uma supremacia da sala de aula e da aula como narrativa no Ensino de História – “a discussão sobre a estrutura narrativa da explicação histórica é extremamente útil” – ele parece apontar-nos para o contrário:

As perspectivas da didática da História foram grandemente expandidas, indo além de considerar os problemas de ensino e aprendizado na escola. A didática da História analisa agora todas as formas e funções do raciocínio e conhecimento histórico na vida cotidiana, prática. Isso inclui o papel da História na opinião pública e as representações nos meios de comunicação de massa; ela considera as possibilidades e os limites das representações históricas visuais em museus e explora diversos campos onde os historiadores equipados com essa visão podem trabalhar.¹²

Um segundo nível de consideração refere-se aos questionamentos de setores de atuação para historiadores identificados ao que Sarlo denomina “história massiva”, o que – por mais que o mercado e a sociedade possam apontar como viáveis – não impactam a declaração de princípios e a definição de objetivos dos cursos e, por isso, a inserção de outras disciplinas em grades curriculares e o reencaminhamento didático-pedagógico, ou mesmo a revisão/ renovação da formação dentro de cursos¹³.

¹¹ Em 2005, Silva e Fonseca publicaram *Ensinar História no século XXI*. E ainda: GLEZER, Raquel. “Ser historiador no século XXI”. *Antíteses*, vol. 7, n. 14, jul./dez. 2014, p. 10-19.

¹² SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel & MARTINS, Estevão R. (orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Curitiba: Editora da UFPR, 2010, p. 32-33. Este livro é coletânea de textos de Jörn Rüsen e os trechos em aspas, antes da citação textual acima, são do texto “Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão”, p. 23-40, presente na coletânea.

¹³ SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Tal relação dos cursos com essa realidade de oportunidades de atuação, cujas perspectivas, em tese, subsistem na expectativa de muitos estudantes de História, é pouco tomada em consideração prática, embora – o que nos parece inevitável – profissionais dentro de cursos comecem a levá-las em consideração, mesmo que, por ora, sejam ações de professores sem força suficiente para se criar um padrão alternativo de seus desenhos institucionais. Daí resulta ficarmos no que é tradição: cursos que formam para a pesquisa especialista e a docência superior. Depois da introdução do sistema 3 + 1, a formação didática teria se voltado para as faculdades de Educação¹⁴, situação que, agora, alguns autores começam a perceber como um estado de coisas deletério que deve mudar.

Pensar o ensino de História implica necessariamente, segundo meu juízo, articular escrita e ensino como parte da produção do conhecimento histórico. É bem verdade que não estou supondo que esses procedimentos são os mesmos, submetidos a regras e procedimentos da mesma natureza, com objetivos e finalidades semelhantes. Afirmar suas diferenças igualmente não traz como pressuposto hierarquizar-los segundo critérios de maior ou menor importância. Mas pensá-los como campos autonomizados traz enormes prejuízos para a História como campo disciplinar e de conhecimento, cujos impasses me parecem hoje claros, sintomatizados por uma percepção da falência no ensino de História, do desprestígio do papel do professor, mesmo nos espaços sagrados da academia e que com certeza estão na base do seminário que deu razão a esse texto.¹⁵

Primeiro tomados como padrão formativo com raízes na orientação humanística dos cursos nos anos 1940/ 1950, e depois reorientados pela ênfase na pesquisa após a introdução e consolidação da pós-graduação no Brasil, ficamos com um padrão que reproduziu práticas dicotômicas célebres: pesquisa/ ensino, graduação/ pós-graduação, teoria/ prática, saber/ fazer, pensar/ agir, escrever/ ensinar.

Provinda da configuração de realidade do ensino superior brasileiro e das valorações próprias atribuídas à dada formação em História – para pesquisa especialista, para a docência, superior ou básica – redundou daí a constituição de um modelo – com grade curricular fixada, ementas de disciplinas homogêneas, finalidades do curso ontologicamente admitidas, ações internas legitimadas pela ênfase na pesquisa especialista, práticas didáticas verbalistas chanceladas por teorias pedagógicas, expectativas de atuação enformadas pelo que seria a superioridade intrínseca da pesquisa sobre o ensino. Tal modalidade, arriscaríamos

¹⁴ Do ponto de vista da legislação educacional, o sistema 3 + 1 foi instituído em 1946, pelo Decreto-Lei n. 9092, que ampliava o “regime didático das faculdades de Filosofia”.

¹⁵ GUIMARÃES, Manoel Salgado. “Escrita da História e ensino de História”. In: ROCHA, Helenice; MAGALHÃES, Marcelo & GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da História escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2009, p. 38.

dizer, pertencem mais a cursos de História existentes em dados contextos que não são a realidade de grande parte de cursos de História brasileiros existentes em contextos variados do país, hoje.

Além do padrão de curso que terminou – após o advento da pós-graduação no início dos anos 1970 – por sobrepujar a outros que se insinuam – ou, melhor, que tentam se insinuar embora sejam dificultados de o serem – devemos avaliar ainda duas dimensões da mesma problematização hoje, quais sejam: a que se liga ao que autores diagnosticam como “crise das licenciaturas” – diagnóstico atrelado ao processo político de depreciação da realidade educacional brasileira em todos os níveis, conceitual e econômico, principalmente do investimento financeiro público de que precisa - mas também outra dimensão: a da crise da profissão professor – diagnóstico atrelado ao que seria uma crise de reconhecimento da autoridade do “mestre”, crise do modelo predominante de aula em função do reconhecimento de que há várias maneiras de ensinar e aprender por outros espaços e agentes que formam numa sociedade de massa que subtrai do professor o papel exclusivo de formador para a História.

Tais espaços e agentes são pouco considerados pelo padrão de cursos de História e acabam forçando, conduzindo e adestrando a escolha de muitos professores na hora de pensar o desenho institucional de seus cursos e suas práticas, mesmo que seja em realidades sociais diversas daquela em que o padrão vencedor foi concebido.

Por meio de pesquisa despreziosa junto a professores profissionais de cursos de História, localizados em vários cursos, e em textos da Apresentação dos cursos em seus sites, esse artigo pretende considerar e informar de iniciativas de atividades e escolhas variadas, criativas e ousadas, feitas por professores em cursos de História em várias realidades, muitas, provavelmente, cheias de bons resultados e sem aferição adequada, que não ganham o estatuto de “padrão”, adequadas às potencialidades e demandas locais que variam de espaço para espaço.

Embora tais atividades não se tornem práticas de uma concepção válida do que sejam cursos de História, elas exprimem, aparentemente, encaminhamento de atividades que apontariam para itens que pudessem definir cursos de História para o século XXI inseridos em realidades sociais variadas e pertinentes a atuações de formados com perfil de não-especialista.

Experiência e pertinência

Cursos de História brasileiros, hoje, talvez sejam alvos das pressões de uma época de intenso pragmatismo na hora da escolha de cursos por jovens que pretendem uma formação superior. Há análises derivadas das crises – das licenciaturas (crise ou redefinição das licenciaturas?) e da de profissão de professor – ligadas a aspecto capital da procura de jovens por cursos técnicos – com os quais pensam que logo estarão no mercado de trabalho.

Excitados pela realidade histórica brasileira de prometer ascensão profissional pela via da formação universitária, jovens que procuram a universidade para fazer um curso superior imediatamente pensam no que vão fazer logo depois de formados, se há mercado de trabalho e espaços de atuação. Janine Ribeiro não

restringe a atuação profissional ao mercado de trabalho, mas à sociedade: a sociedade é mais ampla que mercado de trabalho¹⁶. Aquele envolve integração ao sistema de produção de bens e mercadorias e prestação de serviços, enquanto a sociedade é mais do que isso, pois ela envolve ação e atuação sociais muitas vezes marcadas por recompensas e realizações menos materiais. Aos cursos de História não cabe mais apenas a pergunta que na primeira linha de seu Apologia da História faz Marc Bloch – “para que serve a História?” – mas uma outra também, mais pragmática e menos teórica: “o que vou fazer depois de formado em História?”.

Os mestrados profissionais surgem como esforço de suprir de formação profissional sem abandonar o aparato conceitual crítico de cursos de graduação, ofertando treinamento para práticas profissionais a quem está em vias de acessar o mercado de trabalho e a sociedade com seu curso superior. É alentadora a confirmação do crescimento de propostas dos mestrados profissionais na área de História, o que motiva ainda mais assumirmos sua discussão e a pertinência dos anseios que esse texto coloca aqui.

Compete-nos suprir uma gigantesca demanda reprimida por qualificação. Carecem de capacitação os jovens historiadores abertos às novas faces do mercado, nas instituições públicas e privadas ligadas à preservação da memória e patrimônio, ao lazer e tempo livre, à mídia e novas tecnologias e linguagens de comunicação e mesmo ao business. Sobretudo, precisamos qualificar os historiadores que estão lá na ponta, na sala de aula, na nobre e difícil missão de educar jovens cidadãos brasileiros. Foi-se o tempo de Ranke, Braudel, Sérgio Buarque, de teses como O Mediterrâneo e Visões do Paraíso. É hora e vez de repensarmos nossa missão no cenário brasileiro. O mestrado profissional poderá ser o caminho para o fortalecimento da área e do país.¹⁷

Envolvidos por uma época de exacerbado tecnicismo com expansão desenfreada de cursos tecnológicos – acompanhados de esforços governamentais para cuidar do incentivo às licenciaturas – e sofrendo as pressões de uma realidade histórica muito diversificada e fragmentada em termos de hiper-especialização, num contexto de assédio massificado ao sistema de ensino superior, cursos de História lidam com realidade outra, as quais – parece-nos – precisa se sintonizar.

Tal realidade modifica as características de mercados de trabalho e surgem campos de atuação tradicionalmente pouco típicos da área, enquanto cursos de graduação de História parecem datados, formando quase exclusivamente para sua própria pós-graduação, a fim de abastecê-las. É indiscutível que o sistema de pós-graduação de pesquisa tenha carregado prestígio internacional e conhecimento

¹⁶ RIBEIRO, Renato Janine. *A universidade e a vida atual: Fellini não via filmes*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

¹⁷ MALERBA, “Ser historiador no Brasil...”.

consolidado a muitos cursos de História de excelência, porém nem sempre isso seja bom, afinal quase todos os cursos de pós-graduação que se inauguram sonham em continuar o caminho de cursos já consolidados, independentes de suas realidades e das potencialidades dos locais em que seus formados possam atuar. Isso não nos parece sempre razoável e talvez seja o caso de se reivindicar parâmetros de aferição de vários tipos de cursos – como a Capes, que já cogita da criação de um Qualis para mestrados profissionais.

No momento histórico em que vivemos, o mercado de trabalho se transforma profundamente. “quem não vê que várias profissões são hoje tornadas obsoletas pelo simples aparecimento de um *software*? Quem pode assegurar que, em cinco anos [...] não se terá mudado, muito, o panorama profissional?”¹⁸. O estoque de conhecimentos que o aluno tinha para durar a vida toda, hoje tem de ser continuamente atualizado e o conhecimento está disperso em vários canais. É um cenário de incertezas e instabilidades. Malerba frisa que, talvez, a grande virtude da formação do historiador seja a sensibilidade para a historicidade. Mas adverte para um “assunto que merece atenção. A historicidade da profissão, seu tempo presente e suas (e nossas, dos historiadores) perspectivas de futuro”¹⁹.

Ao todo, levantamos 205 sites de cursos de História no Brasil e obtivemos retorno de professores/ coordenadores de aproximadamente 40 instituições. Esses retornos variam em termos de aceitação.

Inicialmente quero destacar o quanto é relevante sua pesquisa. Precisamos ter uma fotografia de nossos cursos a nível nacional. Já expresseo meu profundo desejo de conhecer o seu trabalho, na trajetória e nos resultados. (e-mail, RS, grifo nosso)²⁰

Desculpe-me por demorar tanto a responder, mas as coisas andam quentes na {...}: os alunos do campus {...}, onde se localiza a Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, estão paralisados há cerca de dois meses (ou seja, o semestre nem começou), e você pode imaginar o que isso significa para nós, professores, especialmente os coordenadores de curso e chefes de departamento. De todo modo, agradeço o seu contato e, sobretudo, o interesse pelo nosso curso; vejo seu trabalho com muito bons olhos, e espero que você seja muito bem sucedido em sua realização – aliás, gostaria bastante de ler seu texto

¹⁸ RIBEIRO, A *universidade e a vida atual*, p. 38.

¹⁹ MALERBA, Jurandir. *Op cit.*

²⁰ Faremos apenas constar a sigla correta do Estado da Federação onde estiver a instituição universitária que acolhe o curso de História de que tivemos informação pelo professor do curso por e-mail. Identificamos por “e-mail” o depoimento enviado por correio eletrônico e “web”, quando o texto é o de apresentação do curso como publicado no sítio eletrônico institucional. Tudo que possa indicar de onde se fala foi retirado dos depoimentos dos professores, sendo substituído por reticências entre chaves.

quando possível, pois penso que ele apresentará um belo painel para se pensar a identidade dos cursos de História e, a partir daí, os caminhos da formação dos historiadores no Brasil. (e- mail, SP, grifo nosso)

O que a experiência e a fala de alguns professores indicam é que algo não está bem, o que, conseqüentemente, pode fazer supor que haja vontade de mudar, como sugerem os depoimentos acima.

O padrão vigente que orienta como os cursos devem ser não evita a dúvida vivida por muitos professores sobre repetir o padrão pretensamente universal de formação de algumas universidades do país nas quais foram formados ou “criar”/ “inventar” outro padrão – adaptável e pertinente à realidade local/ próxima de vários cursos e às expectativas e possibilidades de atuação de muitos de seus formados. No tocante à docência – e cremos que às licenciaturas – expandir o diagnóstico de sua crise para além de seus determinantes estruturais é se perguntar se a crise das licenciaturas e do ensino não deriva da crise (ou falência?) de modelos de aula que não é exclusividade das escolas básicas, mas também da universidade. É impraticável pensar que formados em História para serem bacharéis ou pós-graduados vão, na escola básica, repetir o modelo de aula e de ensino que aprenderam em seus cursos universitários.

Um diagnóstico abrangente deve levar em conta, parece-nos, o conjunto de realidades existente, ligado ou não à docência, uma vez que a expectativa de formados em cursos de História em dadas realidades é a pós-graduação – o que conforma a atuação do professor – ao contrário de outras realidades de cursos em que a expectativa de formados é mais diversa – envolvendo bem menos a pós-graduação, mas o ensino básico e mais tudo aquilo que, em tese, a regulamentação do historiador supõe: turismo, assessoria e consultoria em mídias, arte e cultura, arquivos e centros de documentação, museus e centros de memória, memórias institucionais.

Há dados verificáveis de que em cidades de pequeno e médio portes do país há anseio – e rubricas orçamentárias – para serviços de natureza vária em que o formado em História poderia atuar, cidades em que muitas vezes rubricas orçamentárias são devolvidas por não serem usadas na falta de profissionais para fazer projetos, gerir e executar. O anseio e os movimentos de profissionais historiadores por práticas profissionais e atuação social – rádio, museus, centros de memória, ONGs, publicações comerciais, ação educativa não-formal, etc. – não se limitam às atividades de pesquisa e pensamento visando produção acadêmica. Jurandir Malerba sugere que novos cursos de História sejam opções para outra formação.

Nos últimos oito anos criaram-se dezenas de novas universidades públicas (nos três âmbitos) e privadas. É de se pensar seriamente se a vocação – ou a única opção – de cada novo departamento [de História] seja a constituição de um novo programa acadêmico. Competirão com

*aqueles consolidados, com décadas de experiência, infraestrutura estabelecida, milhares de teses defendidas. Uma competição desleal e, a meu ver, desnecessária. O Brasil de hoje não é o mesmo do final dos anos 1980 (aleluia!).*²¹

Historiadores, cursos de História: considerações sobre a variedade e demandas sociais

“Conversar diretamente” com coordenadores dos cursos por e-mail, como fizemos, não é pretender fidelidade de informações ou informações indiscutíveis e inquestionáveis. É necessário verificá-las, mas o depoimento — aumentado, melhorado ou adequado a interesses — de professores sobre iniciativas já demonstra vontade de mudar. Uma possível dose de vantagem dessa “consulta direta” talvez seja a de enriquecer a enquete com informações não-oficiais que não aparecem nos sites como tornados públicos na Internet. Atentos a uma realidade com “novos paradigmas de sociedade e de educação” [A-PB], cursos combinam ênfases inovadoras com paradigmas que seriam “velhos”. Eis o que diz um dos professores.

[...] queremos romper com a dicotomia professor/pesquisador. [...] procuramos enfatizar a formação do profissional de História que possa atuar em diferentes espaços. O curso possui convênio de pesquisa com instituições da cidade e desenvolve inúmeras atividades para que o aluno vivencie as dimensões de pesquisa, extensão e ensino [...]. Também me incomoda bastante a ênfase demasiada em pesquisa, afinal 90% de nossos formandos irão para as salas de aula da educação básica. Percebo que [...] há uma hierarquização, sendo que a pesquisa é o topo. Há alunos que são bolsistas do PIBID, mas não hesitam em trocar esse programa pelo PIBIC, porque terão, segundo sua argumentação, mais chances para pesquisa e blá...blá...blá... (e-mail, MG, grifo nosso)

“Demandas sociais” por História são bastante mencionadas nas apresentações dos cursos e na fala de professores. Demandas são assim caracterizadas nas apresentações na web: “relativas ao conhecimento histórico voltadas especificamente para o ensino na educação básica, além de atividades culturais relacionadas com museus, preservação do patrimônio e da pesquisa histórica” [web, RN]; demandas ligadas à “cultura geral e a particularidades culturais da comunidade em que atuará” [web, RJ]; “demandas de produção, prática e difusão do conhecimento histórico e às necessidades de discussão da sociedade em geral sobre o seu trajeto histórico, suas memórias, sua relação com o passado-presente e seu patrimônio

²¹ MALERBA, “Ser historiador no Brasil...”.

histórico-cultural” [web, RS]. Abaixo o que diz-nos a coordenadora de um dos cursos consultados:

[...] demandas [...] ontem mesmo fomos procurados pela União Operária. Eles querem nos mostrar as atas, as fotos e vários membros querem contar sua história... temos que dar um retorno para eles. O Morro do {...} quer guardar a memória de seus antigos moradores... temos que estar lá!!! A prefeitura local, em função de alguns trabalhos da [universidade] inseriu em sua matriz curricular uma disciplina sobre História Local. Temos que atender professores desesperados que, sem formação na área, não sabem onde encontrar essa história local... vamos propor um projeto de docência em conjunto com a Pedagogia... nunca nos trancamos na academia... estamos sempre voltados para a comunidade. Existimos em função dela e deixamos o academicismo só para os artigos. (e-mail, MG, grifo nosso)

Há cursos de História com iniciativas exitosas, com professores que as realçam, alguns sugerindo a variedade de públicos que os cursos podem atingir.

[...] temos um número reduzido de professores e precisamos contar com a disposição dos alunos e egressos que nos acompanham em todas as empreitadas. [...] Esse, sem dúvida, vem sendo um diferencial para o curso: gerar pesquisadores. [...] felizmente temos colaboradores fervorosos entre os egressos e alunos [...] [Há] desafios [que] são gigantescos: não há arquivos organizados, não há incentivo ao professor, não há uma historiografia mínima consolidada... tudo está por fazer. Tivemos que aprender a buscar patrocínio, parceiros e a ir para a praça, mostrar a história desta cidade. Nosso próximo passo será tentar uma coluna no jornal. Com a experiência que temos, sabemos que quanto mais falamos de história mais as pessoas se interessam... Já sabemos que a história não deve ficar presa na academia e que ela se torna muito... muito... atraente quando encontra com a comunidade. (e-mail, MG, grifo nosso)

São cursos que conseguem algum reconhecimento e legitimidade com tomada de iniciativas inusuais, alcançam inserção social em diálogo mais próximo a setores da sociedade incorporados às práticas acadêmicas, conseguem a adesão simpática de públicos externos à universidade. Não são muitos os cursos, a se levar em conta a pesquisa que fizemos, mas é bem provável que depoimentos como o que acima transcrevemos não sejam isolados – e revelem anseios muito mais disseminados.

Os públicos dos historiadores são diversos e estão por toda parte. Devemos olhar esses tantos públicos enfiados em cidades brasileiras que são alvos de iniciativas valorosas de cursos de História? Falta-lhes, talvez, o reconhecimento dos pares, acompanhado de políticas como as que se fazem com cursos a partir do postulado de que a ênfase na pesquisa é o motivador precípua acima de todos os demais.

É muito corrente uma idealização: o historiador figurado de modo essencialista, detentor de uma índole de criticidade distinta de todos os demais humanos profissionais. Arriscaríamos a dizer: é quase uma tradição se falar em “crítica” quando se pensa em “historiadores”. A palavra “crítica” e sua derivada “criticidade” parecem incorporar essa essencialização da história nos cursos superiores de História, como se pode ver no texto de Apresentação de alguns cursos abaixo.

No magistério, promove a elevação do nível de ensino de História nos colégios da região; pois este profissional possui uma visão crítica do processo de desenvolvimento sócio-econômico, podendo fazer do conhecimento científico um instrumento à serviço da comunidade. (web, BA)

Desta forma, o curso deve estar sintonizado com uma visão de mundo expressa em novos paradigmas de sociedade e de educação, garantindo uma formação global e crítica para os envolvidos neste processo, como forma de capacitá-los para o exercício do profissional cidadão. (web, PB)

Os cursos de História objetivam formar profissionais capazes de desenvolver a crítica sistemática diante das questões sociais cotidianas e de interferir na realidade de seu tempo. (web, RJ, grifo nosso)

Para conhecer e ensinar História devem-se dominar as linhas gerais dos processos históricos e as diferentes vertentes teóricas e historiográficas que permitam análises acuradas, amplas e dotadas de um profundo senso crítico. O historiador deve estar capacitado para articular as informações com a teoria, tanto na atividade de professor como na de pesquisador. (web, ES, grifo nosso)

Para tal situação, alguns paradigmas que justificaram tanto tempo o modelo ideal de um historiador padrão de crítica e de clarividência deve ser, a nosso ver, relativizado.

O processo de politização da sociedade brasileira exige revermos essa idealização. Tendemos a deslizar na idealização de que a História tem uma existência tão complexa e auto evidente que nem precisa se explicar, capacidade de interferir na realidade como se a ela preceitos fossem mecanicamente “aplicáveis” em vista do padrão de crítica e discernimento com que historiadores se dirigem à análise e à prática histórico-social.

Trata-se de um profissional atento ao ‘fazer da História’ analisada enquanto conhecimento cientificamente produzido e também ao “fazer História” refletindo sobre a complexidade da vida e da luta cotidiana dos indivíduos e das sociedades humanas organizadas no tempo. (web, AM)

Nos últimos decênios, o campo da pesquisa tem aberto caminhos instigantes, um deles, a atuação em organizações (principalmente as não-governamentais - ONGs), interessadas em compreender fenômenos sociais atuais cuja perspectiva histórica esclarece nuances que, de outra forma, permaneceriam imperceptíveis. (web, DF, grifo nosso)

Pelas Apresentações acima, a se levar a convicção dos textos, sem historiadores as realidades se estagnariam.

Se nos historiadores se deposita a expectativa de esclarecedores de nuances imperceptíveis, a politização da sociedade brasileira provavelmente provocou a participação no debate de muitos outros sujeitos que têm o que propor e dizer – e muito vezes muito participantes dos processos de transformação social sem formação alguma em cursos de História.

Cursos de Geografia e História quando surgiram nos anos 1930 davam a plataforma acadêmica para o voo de sujeitos por sobre a sociedade como guias de espíritos e orientadores de ações, descobrindo o Brasil para os brasileiros, que deveriam ouvi-los e segui-los em suas ideias. Eram professores de escolas antes de serem de faculdade e, no geral, suas trajetórias se construíram no trânsito entre os níveis de ensino superior e médio. Desenvolviavam suas atividades intelectuais em associações acadêmicas de homens de letras, abertas à participação de quaisquer homens cultivados de espírito, muitas vezes se autofinanciando, escrevendo em publicações mais genéricas – como anuários de faculdade, jornais e revistas de circulação pública e periódicos de grêmios culturais e intelectuais.

Foram professores em sociedades ainda pouco segmentadas em categorias profissionais rígidas e, num certo sentido, falavam para o “universal” e não para o “particular”. A identidade profissional que construíram acabou por conferir-lhes certa mística de homens quase proféticos, com a clarividência de que quem ensina se pensa como modelo indispensável de humanidade, de padrão de pensamento e de atores sociais que contêm o esclarecimento e o descortino sobre os problemas sociais do presente. Queremos crer que algo de nostalgia dessa identidade ainda hoje perturba nossos sonhos profissionais.

Um exame sobre como cursos de História e historiadores se apresentam oferece um ponto de agenda na investigação: no fundo não se defende essa condição, idealizada e datada de historiadores, que talvez tenha cabido muito bem numa dada época e contexto e hoje já não cabe mais, ou precisa ser relativizada, descendo ao plano do desenho de nossos cursos? Em outros termos: pra que História? História, sim, mas como?

Setores de iniciativas onde atividades têm sido desenvolvidas

Agrupamos em setores alguns aspectos de atuação e iniciativas mais ou menos usuais dos cursos de História pesquisados. Esses agrupamentos não são exatos a todo o tempo, porque determinadas iniciativas podem conter aspectos de várias naturezas. Podem ser apreciados como de um e outro setores.

Exemplo: uma iniciativa extensiva que envolva alunos e professores de universidade e escolas na elaboração de inventário de patrimônio local exige pesquisa em algum nível, divulgação de resultados, práticas dialógicas na execução do inventário a fim de se ajustar procedimentos, envolver práticas formativas por via de leituras pertinentes ao tema do patrimônio e discutidas no processo de fazer o produto. Seria Pesquisa? Ensino? Extensão? É certo que as iniciativas classificadas aqui separadamente podem ter várias interfaces.

Tem acontecido a atuação de historiadores em ONGs, em ações de participação social consultiva e/ ou educativa. Eis o que dizem a Apresentação de cursos e alguns professores.

[...] Poderá [o formado] trabalhar em instituições de pesquisa as mais diversas: museus, arquivos, universidades (cursos de pós-graduação) e demais instituições públicas relacionadas à área de cultura (casas de cultura, secretarias de cultura, conselhos e instituições de patrimônio e memória). Também poderá encontrar inserção junto a instituições privadas atuantes na área: empresas, ONGS, sindicatos e movimentos sociais. (web, MG)

No que diz respeito à consultoria, fechamos um amplo convênio com uma ONG local. Essa parceria já vem desde 2004. Eles produzem fundamentalmente documentários sobre a cidade e têm uma ação focada para a questão patrimonial. Os projetos [...] sempre utilizam alunos ou egressos do curso e conta com a consultoria ou assessoria dos professores. No final do ano passado, esta parceria nos trouxe uma vitória inesperada: tivemos um projeto aprovado junto ao IBRAM [Instituto Brasileiro de Museus], em primeiro lugar em todo o Brasil. Neste projeto, a ONG, o curso de História e os alunos, junto com a comunidade do Morro do {...} almejavam um museu para a Comunidade [...] (considerada uma favela com alto índice de criminalidade). [...] Já tivemos outros trabalhos em parceria com [a ONG] que renderam eventos acadêmicos com participação de outros setores da sociedade [...]. A parceria iniciou com conversas, já que eles pretendiam fazer um documentário sobre a história local, mas não tinham muita informação. Eles procuraram a [universidade] e o curso [...]. A partir daí, temos trabalhado juntos em vários

projetos [...].(e-mail, MG, grifo nosso)²²

Tomemos as iniciativas de Extensão praticadas por cursos de História brasileiros e verifiquemos que muitos têm exemplos de práticas extensionistas onde nem sempre o conceito de “extensão” é bem definido, mas mais pressentido.

Cursos de graduação de História lotados em departamentos com pós-graduações muito bem qualificadas conseguem reduzir as iniciativas de Extensão a cursos de atualização de professores do ensino médio – mesmo se existe a percepção de professores de que as atividades extensivas facilitam a “interação [do curso] com a sociedade” (e-mail, SC), como nos diz um coordenador. A Extensão tem potenciais muito mais criativos do que meramente ofertar cursos de atualização. Para Fiúza de Melo, Naomar Filho e Janine Ribeiro, a Extensão se constitui como “atividades acadêmicas voltadas para o cumprimento da relevância social”²³.

Em forma de grupo de disciplinas que oferece ao final certificação de “competência” para atuação na área, ou ensaiando uma habilitação em forma de Bacharelado, há cursos que estão procurando estar atentos – inserindo disciplinas nas grades curriculares – ao Patrimônio e aos Bens Culturais, agregando o setor de Memória/ Patrimônio ao setor de pesquisa *stricto sensu*, fatos que justificam a criação de mestrados profissionais relacionados ao campo.

Professores dizem que esperam com isso que “as instituições da área de M & P conheçam a formação que oferecemos aos nossos alunos” (e-mail, SP). A fala do coordenador aponta a realidade consolidada sobre a formação de historiadores, mas para combinar o foco da pesquisa acadêmica com outros focos de formação, propondo provocar uma mudança da percepção: a de que historiadores são de algum modo “profissionais práticos” formados para desenvolver outras habilidades além da pesquisa especializada voltada para escrever artigos e livros especialistas que, diretamente, dizem muito mais respeito a si próprios do que a sociedade como um todo.

Movimentando-se na maré de iniciativas públicas e privadas que criam espaços de ação relativos a patrimônio e memória, historiadores se preocupam com demandas entendidas como implicadas com historiadores. Patrimônio/ memória é tópico acentuado pela Apresentação dos cursos.

Outras iniciativas partem do impulso de professores e alunos recuperarem acervos, disponibilizando-os para pesquisadores, amadores ou profissionais. Há iniciativas que tomam o patrimônio e a memória como campo para formulação de pautas identitárias locais e/ ou regionais, muitas vezes agregando membros da comunidade em que estão os cursos, mesmo que não tenham vínculo algum

²² Não seria importante verificar a atuação de historiadores em ONGs numa época em que muitas das demandas públicas são organizadas e filtradas por elas, onde historiadores poderiam ser importantes por vieses e interpretações enriquecedoras do debate público de soluções e ideias?

²³ MELLO, Alex Fiúza de; ALMEIDA FILHO, Naomar; RIBEIRO, Renato Janine. “Por uma universidade socialmente relevante”. MEC, sítio eletrônico institucional, s.d., p. 04. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 mai. 2013. Sobre as potencialidades da extensão, ver uma breve história da Extensão no Brasil em: NOGUEIRA, Maria das Dores P. *Políticas de Extensão Universitária Brasileira*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

com eles. “[...] Esta proposta de extensão [...] reconhece o diálogo entre a escola e a cidade por uma política pública que garanta à comunidade condições de pesquisa e a inserção de outras práticas educativas e formativas no acolhimento da comunidade externa e a preservação da memória e história escolar” (web, MG), está escrito na Apresentação de um curso no estado de Minas Gerais.

Cursos identificam iniciativas públicas e particulares de preservação de memória institucional e coletiva em empresas privadas, em instituições públicas, e alguns têm disciplinas de arquivos, documentação, museus e patrimônio na grade curricular. Há, no discurso, certa consciência de que atividades voltadas para o patrimônio são legitimadoras dos cursos junto a populações onde estão. Veja o diz um dos coordenadores. “Hoje temos muitos alunos em estágio não obrigatório em bibliotecas, museus e prefeitura, além de projetos de assessoria na organização documental e preservação de fontes [...]” (e-mail, PR). Abaixo seguem palavras dos professores ditas por eles mesmos.

Projeto de Extensão {...}. Na realidade trata-se de um desdobramento de um projeto de pesquisa. O que nós pretendemos é trabalhar a memória ferroviária [...] uma vez que esta é um componente importante da identidade de seus habitantes que muito se orgulham disso. [...] O nosso trabalho consiste na organização de acervos documentais para a viabilização de pesquisas [...]. (e-mail, BA)

Os arquivos privados estão em expansão no Brasil, como você deve saber. Atualmente temos uma aluna engenheira (!) que trabalha organizando o arquivo do CREA... Além de organizar o arquivo, fará um livro com imagens, daquele que as instituições gostam de fazer periodicamente para sua ‘memória’ institucional. Esse campo creio que ganhará com a profissionalização de historiador que está em curso. Como nosso público costuma ter formação variada e é mais velho, experiências assim têm acontecido, não sendo a regra, claro. (e-mail, GO, grifo nosso)

Estamos numa região onde não há uma preocupação com guarda e organização de documentação. A [universidade] e o curso de História mantêm a guarda dos documentos da Prefeitura Municipal (1938-1997) num centro de documentação criado especialmente para isso, com uma funcionária (egressa do curso e pós-graduada na PUC-MG). Neste centro de documentação, nossos alunos fazem a prática de arquivística que integramos com uma disciplina teórica que abrange Arquivos, Museus e Patrimônio. É uma formação mínima [...]. Esse treinamento inicial é reforçado ao longo das disciplinas de prática de história [...] desencadeando oficinas elaboradas para as atividades

de estágio que não contemplam apenas a experiência de docência, mas também de inserção dos alunos com projetos na comunidade [...]. Nestas oficinas os alunos trabalham documentos, objetos e o patrimônio local com eventos realizados em escolas do município ou do Estado. Esse esforço tem dado bons resultados e tem gerado uma sensibilização significativa das cidades de entorno. (e-mail, MG, grifo nosso)

O acento em Memória e Patrimônio integra o esforço formativo de cursos visando ao “preparo profissional para a atuação em Arquivos, Museus, Centros de Memória ou outros equipamentos culturais” (web, SP), como ressalta o projeto pedagógico de um dos cursos consultados. Afirmando uma formação onde Memória/Patrimônio é um par prestigiado, universidades, públicas ou não, imaginam habilidades promovidas pela formação:

[elaborar] instrumentos de pesquisa, participar de atividades de avaliação, classificação, catalogação de documentos em suportes variados; instruir processos de tombamento no que tange ao saber histórico; propor e elaborar catalogações de vestígios de cultura material; elaborar estudos de impacto e laudos técnicos em sua área de competência, além de propor e elaborar formas de registro dos bens intangíveis. (e-mail, SP)

Passemos ao que seria mais propriamente atividades do setor de ensino.

Nele, articuladas ou não com a instituição escolar, destacam-se iniciativas que se conectam com demandas educativas nem sempre concebidas dentro da escola e articuladas à memória/patrimônio e à difusão de conhecimento histórico. “As atividades de ensino não-formal são desenvolvidas junto a escolas comunitárias e associações de bairro, em favelas. Nesse sentido, há um projeto chamado (...), do qual participam alunos do curso de licenciatura em História” [A-RS]. Ainda no setor de Extensão, articulam-se atividades educativas, pesquisa e difusão, oferecendo oportunidades para alunos e egressos associá-las a Memória e Patrimônio. Cursos transfiguram atividades extensivas educativas tratando-as como atividades voltadas para suplemento do que já fazem na Prática de Ensino. Eis o que dizem os cursos de si mesmos.

Programa de Educação Tutorial - PET-História {...}. O PET-História {...} também prevê o trabalho com comunidades populares. Localizado na periferia [da cidade], o bairro {...} é a comunidade urbana escolhida para as ações do grupo neste ano, definida segundo critérios de vulnerabilidade econômica, política e sociocultural. (web, MG, grifo nosso)

A ideia é desenvolvê-las [atividades de extensão] de

variadas formas, especialmente em contato com diferentes segmentos da sociedade, mas, ao menos até agora, cursos e seminários são as preponderantes (o que também é natural, acredito). (e-mail, SP)

Nesse momento, temos dois projetos de extensão. [um deles] funciona principalmente em atividades, oficinas e implementação de políticas públicas numa comunidade kaingang próxima à Universidade. [...] foi iniciado por nós em 2005, lideramos o projeto, mas há também participação dos cursos de Artes, Pedagogia, Direito e Letras [e há o projeto] Museu como {...}, projeto de extensão vinculado a práticas de educação patrimonial em diferentes espaços [...] é projeto do curso.²⁴ (e-mail, RS, grifo nosso)

[...] O Projeto {...} foi concebido como um projeto de extensão. Seu maior objetivo é aproximar a universidade das escolas de ensino médio. [...] Há, também, os Grupos de Estudo que funcionam como pontes entre a [universidade] e a comunidade. São grupos abertos à participação de estudiosos e interessados em diversas temáticas como história e gênero, história e cinema, história e artes visuais, dentre outros. (e-mail, GO, grifo nosso)

Para a professora, o esforço é o de quebrar a “dicotomia entre professor e pesquisador”, a separação escola e universidade, o que se reforça na Apresentação do curso.

A experiência [da Extensão] tem sido bastante positiva, pois temos conseguido trazer alunos da educação básica para a universidade, assim como os professores têm participado de nossas atividades. No caso de nossos alunos, cerca de um terço deles, possui alguma bolsa de incentivo. A maior parte de nossos projetos está ligada, de uma forma ou outra, à extensão [...] e os alunos estão bem envolvidos. Temos buscado que os alunos participem das atividades, mesmo aquelas que não temos bolsa [...]. Um dos retornos que temos é a solicitação de alunos das escolas públicas de que realizemos as atividades com suas escolas. Isto será feito no próximo semestre, trabalharemos com mais cinco escolas. (web, MG, grifos nossos)

²⁴ O curso de História da universidade em questão elabora, segundo a coordenadora, indicadores de impactos e de resultados de seus projetos institucionais, fazendo avaliação regular. “Temos a convicção de que proporcionamos uma formação com um olhar muito voltado para o plural, para a diversidade e para as diferentes possibilidades de atuação profissional” (e-mail, RS), diz a docente. Segundo dados do e-MEC, o curso de graduação da instituição tem conceito 4, atribuído em 2008.

A indissociabilidade Ensino/ Pesquisa/ Extensão parece ser um ideal. “Mas não existe, por enquanto, uma política específica do curso voltada para a Extensão. De qualquer modo, não apenas o curso de História, mas toda a universidade pretende valorizar a Extensão, de modo a torná-la indissociável da pesquisa” (e-mail, PR), como entende o coordenador.

A indissociabilidade talvez já esteja sendo feita e o que parece estar se passando é uma situação em que muitos responsáveis por iniciativas já feitas ainda não formularam teorias para se explicarem. A pesquisa e o ensino investem-se de caráter de atividades extensivas que educam pela participação, a atuação e a ação, embora a pesquisa, nesses casos, não seja a pesquisa como um fim em si mesmo.

[...] O programa é direcionado aos idosos que semanalmente estão na [universidade]. A cada mês, um curso é responsável pela atividade com os idosos. Em nosso caso, trabalhamos em 2009 a 2011 com as histórias de vida dos participantes. A partir de materiais levados pelos idosos discutimos algumas de suas experiências como infância, formas de sociabilidade, família, hábitos e costumes, transformações na paisagem da cidade. Foi muito prazeroso trabalhar com [a terceira idade] [...] A interação entre as gerações (e os diferentes cursos) gerou uma relação amistosa e a coordenação solicitou ao curso que continue as atividades, visto os próprios idosos solicitarem. [...] [para eles, me parece] uma espécie de terapia [...]. (e-mail, MG, grifo nosso)

Acontece também a aproximação da História com a área de Comunicação, com profissionais que trabalham em parceria.

Atividades educativas, de extensão e de pesquisa se articulam à difusão do conhecimento histórico, mobilizando públicos e equipamentos. Vivemos uma situação de mercado de trabalho em profunda transformação, onde a demanda requer ora especialistas, ora generalistas. O impulso de cursos qualificados pelo padrão dominante é para formar para a prática da pesquisa especializada, com o que se generalizou a ideia de que historiadores são “grandes cabeças” fazedoras de pesquisa acadêmica... e pronto! Quando ocorre como depõe o professor abaixo, a regra é a de que o historiador faça alguma formação autodidata, aprenda a fazer sozinho.

Essa é uma possibilidade ainda muito nova de trabalho que se abre hoje aos historiadores, dada a crescente demanda social pela História, mas não há meios para acompanhar com precisão a colocação profissional dos egressos do curso. Em alguns casos, no entanto, sabemos de egressos colaborando em projetos de documentários ou colecionáveis de teor histórico, produzidos pelos meios de

comunicação de massa locais [...] Os meios de comunicação social procuram historiadores da universidade com muita frequência, para as mais variadas demandas: entrevistas, artigos para cadernos de cultura, pesquisa histórica para documentários audiovisuais e organização/ coordenação de colecionáveis encartados em jornal, por exemplo. (e-mail, RS)

Cursos fazem difusão da História por meios de comunicação da universidade - as rádios e tevês educativas, onde normalmente há possibilidade de se fazer produções menos “vendidas” ao mercado. “Temos a intenção, mas nem sempre conseguimos. Já tentamos manter uma coluna em jornal diário, por exemplo, mas não foi adiante” (e-mail, GO), confessa o professor.

Por exemplo, há tempos atrás tentamos nos articular com o curso de comunicação visual (por conta da TV Universitária), mas não obtivemos êxito. Uma nossa professora está atualmente tentando restabelecer esse contato, para que nossos alunos possam fazer estágio na TVU. (e-mail, RN, grifo nosso)

[...] Além disso, a TV [universitária] nos proporciona condições de sempre divulgar os trabalhos de pesquisa de alunos e professores. (...) temos uma parceria com o curso de Pedagogia, com participações frequentes em uma programação feita junto às alunas de cursos de magistério cujo desfecho se dá no Programa de TV Roda de História {...}. (e-mail, MG, grifo nosso)

[Nosso] programa [de rádio] tem fluxo contínuo [...] são inserções na programação [...] com duração de 1 a 2 minutos. Professores e alunos escolhem um tema e elaboram um pequeno texto, de até 20 linhas, em seguida grava o texto em um estúdio e em horários fixos (diariamente em três períodos), os programinhas são veiculados. [...] têm boa recepção na comunidade, que gosta de ouvir a respeito dos temas e ao mesmo tempo, torna o conhecimento histórico agradável ao público. (e-mail, MG, grifo nosso)

É preciso não se deixar de pensar na maneira um tanto impressionista de como o professor refere-se à “boa recepção na comunidade”, embora a afirmação não inviabilize a interpretação de que haja certa vontade e necessidade de dizer o passado de modo a chegar até outros públicos, atraindo-os de alguma forma. A divulgação de conhecimento histórico parece ter entrado na pauta da atuação historiadora.

Ao desenvolverem atividades que incluam meios audiovisuais, talvez os alunos não se espantem com o fato de que sua auto representação profissional conceba-os a integrar projetos com material audiovisual com o fim de produzir documentários, dossiês iconográficos, programas de rádio, etc.²⁵.

O uso de meios de comunicação é perspectiva viva para muitos cursos. Como fazer é o desafio, ainda que professores e alunos já o estejam fazendo, mesmo sem demonstrar clareza conceitual retilínea do que fazem, mas em vista do pressentimento da necessidade de renovação e atualização de seus cursos.

Também está na Apresentação dos cursos a menção a demandas por participação de historiadores como assessores e/ ou consultores em projetos culturais e artísticos, ligados ou não a meios de comunicação, a entidades públicas e privadas.

É frequente o discurso sobre a participação possível de historiadores em projetos de turismo, em produtos da indústria cultural, o que é “uma possibilidade ainda muito nova de trabalho que se abre hoje aos historiadores, dada a crescente demanda social pela História” (e-mail, RS), segundo um dos coordenadores. Projetos com historiadores em assessoria/consultoria os integram a sociedade, especialmente na área de Memória e Patrimônio. “Outra parceria fundamental é a do Museu da Cidade, dirigido por outro egresso do curso. As exposições feitas com a parceria do curso aumentou significativamente o número de visitantes no Museu (...)” (e-mail, MG), como depõe a colega.

Curso brasileiro de grande prestígio em pesquisa acadêmica tem adotado mudanças, ou combinado rumos, pelo menos a se levar, como está abaixo, o que afirma em sua Apresentação.

O Bacharelado tem duração média de 8 semestres e possibilita como campo de trabalho, a pesquisa em museus e arquivos e ainda em instituições públicas e empresas privadas. Recentemente, o bacharel tem atuado também prestando assessoria e consultoria a empresas, órgãos públicos e meios de comunicação. (web, SP, grifo nosso)

Consideração Final: da imprescindibilidade dos historiadores

Talvez historiadores sejam imprescindíveis, mesmo amando velharias de museus e arquivos – como postula certa representação pública corrente sobre historiadores. Olhemos para os lados não só na universidade e encontraremos outros públicos. A regionalização e interiorização induzem a eles, reconhecendo o direito de toda a população ao ensino superior e encaminhando soluções que redefinem padrões questionados de universidades, o que rebate na organização de

²⁵ O Departamento de História da UFPR oferece curso de Bacharelado em História – Memória e Imagens, que capacita para criação de material audiovisual feito com base teórico-metodológica consistente. Ver vídeo institucional em: <<http://ufprtv.wordpress.com/2010/06/07/vocacao-historia-memoria-e-imagem/>>. Para uma apreciação mais macro, que relaciona universidades, cultura de massa e escolas, ver toda a parte II – “Novos marginalismos”, em CERTEAU, Michel de. 7ª ed. *A cultura no plural*. Campinas, SP: Papius, 1995. Em especial os itens 5 e 6 – A universidade diante da cultura de massa (p.101-122) e A cultura e a escola (p.123-144)

cursos. A Universidade Federal do Pará tem histórico de formar professores para o interior do grande estado e o curso da Universidade Federal de Grande Dourados, rearranjado para História da África e Indígena em função de ordenamento legal, atua em vista da localização da universidade próxima a uma reserva indígena com sérios conflitos de demarcação das terras. Pesquisadores lá se dedicam a História Indígena e alguns optam pelo estágio em escolas indígenas.

A pesquisa que fizemos indica que o princípio amplamente propalado da indissociabilidade ensino/ pesquisa/ extensão, quando feito, é a partir de públicos e finalidades diversas, o que gera uma situação equívoca: professores não se reconhecem em suas práticas, porque parece que aprenderam a identificar que só é válida a atividade que se volta para a universidade estritamente – e dentro da universidade para a pesquisa. Essa parece ser a mensagem que informa a experiência brasileira.

Se pleiteamos que historiadores sejam formados para o século XXI, é porque se justifica pensar que esteja havendo uma suposta crise de identidade da profissão. O abalo da identidade historiadora refere-se a transformações sociais que duvidam das proposições históricas emanadas dos agrupamentos que se querem autossuficientes. Tempo de demandas por reparações sociais por atos cometidos no passado, de demandas pelo passado que postulam uma história integrada pela memória de testemunhos que não acreditam numa história impessoal que não valoriza os “direitos de lembrança”²⁶.

Tempo de demandas por memória numa época de eterno presente que esquece ser importante também saber esquecer, onde se vive coletivamente a experiência de tempos acelerados em que homens tudo querem musealizar e memorializar, tempo em que o processo de politização social requer aceitar histórias que sejam abertas a outras versões e, tempo, principalmente, de transformações na história dos métodos e padrões de ensino e de ressignificações do significado e da função da escola, há tempos entendida como lugar cultural de produção de saber cujos sujeitos não admitem viver processos de ensino aprendizagem unilaterais que desdenham de seus saberes aprendidos e vividos fora da escola.

Nesse contexto, entra em dúvida a convicção de professores como intelectuais capazes de serem guias e orientadores da coletividade e se põe em discussão a legítima aspiração de outros sujeitos elaborarem e proporem formulações válidas para os desafios e dilemas sociais. Um tempo de sujeitos que não admitem mais o postulado de que aquelas formulações sejam propriedades de alguns poucos espíritos formados e cultivados — pela erudição ou pela ciência. Disso tudo decorre um grande questionamento da unidisciplinaridade e das identidades profissionais muito fechadas que se fazem reclusas em nome de ideais socialmente questionáveis e pouco sensíveis a demandas mais imediatistas — e até mesmo mais sensacionalistas.

Como fazer numa conjuntura em que realidades históricas que foram a base sobre a qual se constituíram aquelas identidades intelectuais que um dia fizeram

²⁶ SARLO, Beatriz. *Idem*. Ver também: MASTROGREGORI, Massimo. *Historiografia e Tradição das lembranças*. In: MALERBA, Jurandir (Org.) *A História Escrita*. Teoria e história da Historiografia. São Paulo: Ed. Contexto, 2009. p.65-93

o prestígio público da disciplina histórica parecem não existir mais? Como ser historiador, professor de História, em contexto assim?

Ainda não aprendemos como fazer, mas, ao que tudo tem indicado, não dá para sentarmos nostalgicamente numa identidade profissional e numa representação de professor datadas. Os mestrados profissionais e o projeto de lei regulamentando a profissão podem ser sintomas do encaminhamento de soluções que ainda estamos procurando dar num processo, talvez, de profunda reformulação de nossa identidade profissional. Quem somos nós, historiadores? A quem servimos nós, professores formadores de História? O que é ensinar História hoje? Talvez um bom começo seja assumir que ainda hoje nenhum de nós respondeu convincentemente a instigante pergunta de Marc Bloch sobre “para que serve a História”?

Não devemos começar respondendo seriamente a essa pergunta? E não basta responder a nós mesmos. É a sociedade que, hoje, precisa dessa resposta. Da resposta consistente que temos as condições de dar. Estamos preparados para fazer?



RESUMO

O artigo sistematiza dados de pesquisa realizada em 2012 em sites de cursos de História brasileiros e com alguns de seus coordenadores, com quem falamos por e-mail. Visa expor como, em sua Apresentação oficial, os cursos se definem por seus projetos pedagógicos, e verificar o que dizem e fazem professores e alunos seguindo mais suas preocupações com o futuro dos cursos e sua convicção sobre o que devem ser e que profissional formar. Cursos de História brasileiros em várias realidades do país mostram que iniciativas pouco tradicionais e ortodoxas têm sido adotadas, combinadas às práticas e atividades oficialmente prescritas, e mesmo com certo grau de experimentação prática sem elaboração conceitual clara, embora avalizando o argumento dos que defendem alguma revisão nos formatos **acadêmicos de cursos de História** e finalidade e perfis de formação para atuação na área.

Palavras Chave: História; Ensino Superior; Públicos.

ABSTRACT

The article explores data from research carried out in 2012 at sites of courses of Brazilian History and with some of its coordinators, with whom we talk by email. Aims to explain how, in its official Presentation, the courses are defined by their pedagogical projects, and check what they say and do teachers and students following their concerns with the future of the courses and their conviction about what should be and that professional form. Courses in Brazilian History in various realities of the country show that initiatives little traditional and orthodox have been adopted, combined with the practices and activities officially prescribed, and even with a certain degree of experimentation practice without drawing up clear conceptual, while endorsing the argument of those who want some revision in formats of academic courses on History and the purpose and profiles of training for operations in the area.

Keywords: History; Undergraduate Teaching; Public.

Artigo recebido em 14 set. 2014.
Aprovado em 10 mai. 2015.